

**INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CCDR-N CARLOS LAGE NO NO CONVÉNIO DA  
CONSTITUIÇÃO DO AECT GALIZA – NORTE DE PORTUGAL  
22 DE SETEMBRO DE 2008 | SANTIAGO DE COMPOSTELA**

Exmo. Senhor Presidente da Junta da Galiza, Emílio Perez Touriño

Exma. Senhora Ministra Elena Salgado

Exmo. Senhor Secretário de Estado Rui Nuno Baleiras

Caros participantes e convidados, espanhóis e portugueses

Diga-se o que se disser, a existência de uma Comunidade não só de “trabalho” mas de “viver em comum”, entre o Norte de Portugal e a Galiza não é determinada nem pela geografia nem pela história, como séculos e séculos de divórcio e amnésia o comprovam. A contiguidade geográfica, a velha e ilustre língua comum, a vivência contemporânea desse fenómeno cultural que foi a lírica galaico-portuguesa medieval são um fermento que faz crescer o sentimento de pertença, aprofundar e solidificar o espírito de comunidade entre as duas partes da remota Gallecia romana. “Aristotelicamente” foram e são a potência que permite a passagem ao acto.

E essa passagem da potência ao acto deve-se por inteiro ao fenómeno quase simultâneo da democratização dos dois Estados peninsulares e da integração da península na então comunidade europeia.

Estamos assim perante uma escolha, um projecto, uma aventura política compartilhada, como aliás acontece com a grande aventura da unificação pacífica da União Europeia.

De facto, uma Europa sem fronteiras que nos espanta pela sua heterogeneidade e pela sua expansão constante, ainda inacabada, só pôde e pode existir como um projecto de vida em comum, também pela memória e pela emoção.

A unificação europeia é ainda mais do que isso, é uma aventura do espírito, pois o verdadeiro milagre europeu foi o de ter sido possível ao longo do tempo casar fé e razão, conciliar céu e terra, implantar a liberdade e a tolerância.

A que propósito vêm estas considerações?

É que estamos hoje a celebrar a assinatura de um convénio para a constituição de um instrumento jurídico – o AECT – que favorece e impulsiona a cooperação entre as duas comunidades galega e nortenha, decorrente de mais uma iniciativa do legislador europeu, prosseguindo uma estratégia coerente de reforçar a cooperação territorial de carácter inter-regional e transnacional. A Europa das regiões não está, pois, esquecida, muito embora o afã regionalista tivesse arrefecido, porventura por causa da necessidade de acomodar um número crescente de pequenos Estados no seio da União.

Ao celebrar e assinar o convénio que cria o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT), estamos a consagrar uma figura de cooperação inovadora, embora modesta e tímida, repleta de virtualidades, que oferece novas oportunidades a explorar, estimulando a passagem a políticas de cooperação mais qualitativas e continuadas no tempo.

As missões que a AECT pode desempenhar estão definidas no Regulamento Europeu e no Convénio que hoje assinamos. Podem resumir-se a:

- Colaborar com a Comunidade de Trabalho - Galiza Norte de Portugal e com as entidades regionais e locais relevantes, na implementação dos Objectivos Finais do Programa de Cooperação Galiza – Norte de Portugal 2007-2013;
- Promover o relacionamento transfronteiriço, como instrumento de transformação dos territórios de fronteira em novos espaços de desenvolvimento;
- Valorizar e promover a competitividade do tecido empresarial da Euro-região;
- Impulsionar os sistemas básicos de transporte e acessibilidade na Euro-região;
- Aumentar a coesão social e institucional entre a Galiza e o Norte de Portugal;
- Execução e gestão de contratos e convénios celebrados no âmbito da Comunidade de Trabalho Galiza – Norte de Portugal e o desenvolvimento de todas as acções que lhe permitam beneficiar dos

instrumentos financeiros adoptados ou previstos pelo Reino de Espanha e a República Portuguesa, com ou sem financiamento comunitário;

- As actividades a desenvolver pelo AECT, incluem ainda a realização de obras públicas, a gestão comum de equipamentos e a exploração de serviços de interesse geral que se estabeleçam e m consequência do seu funcionamento.

Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, Sr. Secretário de Estado,

O pioneirismo na elaboração e aprovação deste novo instrumento tem um forte valor simbólico, mostra que a Galiza e o Norte de Portugal sabem que só podem ter sucesso – desenvolvendo as suas forças criativas próprias é certo – mas também pela solidariedade existente no âmbito dos respectivos Estados a que pertencem. Mas isso não basta nos dias de hoje. A solidariedade entre as duas regiões é a pedra de toque do seu futuro comum, mas dela depende igualmente a fachada atlântica da península e, designadamente, o Noroeste Peninsular.

A península ibérica é como que um pequeno continente no continente europeu, é um espaço geográfico e humano cheio de contrastes. As dinâmicas económicas que trabalham o espaço europeu e peninsular estão a alterar ou agravar velhos desequilíbrios e desigualdades e a gerar novas tendências na evolução dos seus territórios, regiões, cidades e capitais.

Para melhor ilustrar o que acabo de dizer, recorro a um importante, bem pensado e bem estruturado programa português, o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (conhecido pelo acrónimo de PNPOT). Nesse programa aprovado pelo Estado português, pode ler-se o seguinte: «a coerência do ordenamento do conjunto da península deverá implicar, desde logo, maior cooperação no planeamento estratégico das fachadas marítimas, e não só das fronteiras terrestres». Até aqui tudo bem. Então onde está o problema? Este está todo ele no seguinte trecho do referido programa: «É fundamental na península e na União Europeia, o reforço do eixo central da Península Ibérica (Lisboa-Madrid-Barcelona) que em breve estarão ligados por comboios de alta velocidade». (PNPOT, vol. I, p. 24).

Eis o problema a merecer ampla reflexão e controvérsia.

Onde pretendo chegar com esta aparente deambulação? É que o desenvolvimento da península ficaria completamente desequilibrado se as políticas públicas e a cooperação seguissem esta via ou esta tendência, e o todo seria prejudicado.

Reconhece-se hoje em dia, com boa dose de arrependimento e nostalgia, que a Europa abandonou os mares e os oceanos fonte dos seus êxitos passados e de expansão da sua civilização. A Europa é tanto água como terra. A retoma de políticas relacionadas com o mar constitui uma prioridade assumida clara e frontalmente pela União Europeia. Alguns estudos demonstram que certas zonas costeiras têm uma forte atractividade e um enorme potencial. É o caso da fachada atlântica da península. Não estou a falar em qualquer mega-região atlântica. Estou a falar de um espaço litoral que, se não quer ser menorizado e submetido à pura lógica das grandes capitais, tem de estreitar a sua cooperação e encontrar políticas comuns no quadro ibérico, europeu e mundial.

O papel crucial cabe aqui à euroregião nortenha-galega. Ela é hoje a única moldura institucional, o único centro de racionalidade das políticas de futuro para converter a faixa atlântica da península num dos espaços de inovação e crescimento do século XXI.

Só a euroregião galego – nortenha tem densidade, consistência e uma posição charneira para intermediar e negociar com as regiões e cidades litorais portuguesas, quer a Sul, quer a Norte da euroregião, para dar coerência e fazer valer uma estratégia comum à faixa atlântica da península que, evidentemente, não exclui a região de Lisboa. Mas a iniciativa e o protagonismo parece-me assentar bem à nossa euroregião. O exercício é complexo, é de longo prazo, precisa de estudo, reflexão e formulação de propostas.

Todavia, a credibilidade para o conseguir depende em muito do desempenho económico das duas regiões. A Galiza tem registado um invejável sucesso nos últimos anos, convergindo com a média espanhola e europeia. A Região Norte tem atravessado um período de mutações industriais muito difícil num contexto nacional desfavorável.

Os indicadores económicos de 2006 apontam para a inversão das tendências negativas existentes, já que a Região Norte cresceu, nesse anos, acima da média nacional, crescimento impulsionado pelas exportações e pelo aumento do sector dos serviços. Respondendo por mais de 40% das exportações

nacionais é de presumir que o ano de 2007 tenha continuado a ser um ano de recuperação. Já o ano de 2008 é, por excelência, uma incógnita, embora as previsões não sejam optimistas em parte alguma.

Mas, todos o reconhecem, o potencial económico, científico e empresarial do Norte é enorme e, por certo, o dinamismo da economia nortenha vai reaparecer em bases mais sãs e inovadoras. É essa a nossa aposta e o nosso combate quotidiano.

A AECT é pois uma ferramenta que a euroregião tem agora disponível para melhorar as suas políticas comuns, podendo ser inclusive um vaivém entre as boas práticas de um lado e do outro.

Assim, temos que agradecer à União Europeia, ao Governo espanhol e português esta oportunidade, que marcará por certo o ritmo da integração cada vez mais forte entre galegos e nortenhos.

Muito obrigado

Carlos Lage

Santiago de Compostela, 22 de Setembro de 2009